

Ano 20 • Número 11 • 19 de março de 2018

Exportações da indústria do RS quebram recorde em fevereiro

Nunca antes na história o rombo da Seguridade Social foi tão alto

A carga tributária e a agenda de produtividade

Próximos passos da política monetária

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Exportações da indústria do RS quebram recorde em fevereiro

Em fevereiro, as exportações do Rio Grande do Sul somaram US\$ 2,98 bilhões, o que representa crescimento de 219,5% ante o mesmo mês do ano passado. Esse resultado foi determinado pela contabilização como exportação de uma plataforma de petróleo e gás (P-74), no valor de US\$ 1,53 bilhão.

Essa operação faz parte de um Regime Aduaneiro Especial, cujas regras estão em consonância com os padrões internacionais. Uma das principais ferramentas do REPETRO consiste na chamada exportação “ficta”, onde não há a saída da mercadoria do território nacional. No caso da plataforma P-74, uma subsidiária da Petrobrás na Holanda realizou a compra desse equipamento para, posteriormente, ser internalizado no Brasil através de um contrato de arrendamento. O objetivo é garantir a isenção de tributos federais: IPI, PIS e COFINS. A operação da P-74 se dará no pré-sal da Bacia de Santos, com capacidade de produção diária de 150 mil barris de petróleo.

A influência exercida pela plataforma sobre as vendas externas da indústria gaúcha também foi acentuada em fevereiro (+221,0%, totalizando US\$ 2,72 bilhões). Caso não fosse contabilizada, o resultado do setor secundário do RS ainda teria sido bastante significativo, com alta de 40,0% (soma de US\$ 1,19 bilhão). Trata-se do valor mais alto já registrado para o período de toda a série histórica, com início em 1996, e a taxa mais acelerada de crescimento nessa base de

comparação desde janeiro de 2005 (+42,1%). Além de Outros equipamentos de transporte (+77.200%), Máquinas e equipamentos (+285,7%), Celulose e papel (+172,7%), Tabaco (+55,1%), Alimentos (+14,8%) e Veículos automotores, reboques e carrocerias (+35,4%) tiveram as maiores altas. Três desses destaques – Máquinas, Celulose e Veículos – quebraram seus respectivos recordes para o segundo mês do ano.

Por sua vez, os produtos básicos apresentaram forte avanço (+219,0%, totalizando US\$ 252 milhões), caracterizando também o melhor mês de fevereiro entre todos. O destaque principal foi a soja (+446,0%), enquanto a redução nas vendas externas de trigo (-88,1%) impediu uma elevação ainda maior do grupo.

Ainda sobre fevereiro, as importações totais subiram 22,7%, totalizando US\$ 900 milhões. Na abertura por categoria de uso, todas tiveram aumento: Bens de consumo (+75,0%), Bens intermediários (+13,0%), Combustíveis e Lubrificantes (+44,9%) e Bens de capital (+5,6%). A recuperação em curso da atividade industrial e o otimismo do empresariado ajudam a explicar esse resultado.

A tendência é de que os bons números para o segmento exportador do RS persistam. Por um lado, a base de comparação bastante deprimida e a força da demanda externa são fatores positivos. Por outro, o processo eleitoral pode legar variabilidade sobre a taxa de câmbio, impedindo um crescimento mais vigoroso.

Nunca antes na história o rombo da Seguridade Social foi tão alto

O governo divulgou recentemente o resultado orçamentário da Seguridade Social de 2017. O *déficit* registrado por seus três pilares – Previdência, Saúde e Assistência Social – alcançou R\$ 292,4 bilhões no ano passado, o equivalente a 4,4% do PIB. Trata-se do pior rombo de toda a série histórica.

No comparativo em termos nominais com 2016, houve aumento do *déficit* em 13,8%. A arrecadação, composta pelas contribuições sociais e demais receitas, teve crescimento de 7,3% (de R\$ 613,2 bi para R\$ 657,9 bi). Por sua vez, as despesas, que incluem os benefícios da Seguridade Social – INSS, inativos, Benefícios de Prestação Continuada, Abono e Seguro-desemprego, Bolsa Família –, os gastos com custeio e capital da Saúde, Assistência e Previdência, além dos salários dos servidores ativos desses órgãos, avançaram 9,0% (de R\$ 871,8 bi para R\$ 950,3 bi).

Vale lembrar que o resultado da Seguridade Social continuaria amplamente negativo mesmo sem a Desvinculação das Receitas da União (DRU). Esse mecanismo permite que 30% da arrecadação, incluindo a Seguridade Social, seja livremente realocada em outras áreas. Caso fosse desconsiderado, o *déficit* somaria R\$ 192,1 bi em 2017, (2,9% do PIB). Portanto, a DRU não tem efeito prático, dado o volume de

recursos que o Tesouro ainda precisa aportar.

A tendência exibida ao longo dos últimos anos mostra a gravidade do quadro, posto que o *déficit* da Seguridade Social cresceu 225% apenas nos últimos cinco anos. Em 2013, por exemplo, o resultado era *déficitário* em R\$ 90,1 bilhões, ou 1,7% do PIB. Para fins de comparação, nesse período de cinco anos, a inflação, medida pelo IPCA, acumulou alta de 36,5%.

A permissividade das regras de acesso aos benefícios previdenciários também alterou consideravelmente a composição dos gastos totais da Seguridade. O desmembramento das despesas mostra, por exemplo, que no ano 2000, o Regime Geral (INSS) respondia por 51% do total dos gastos de R\$ 127,1 bilhões, enquanto a Saúde ficava com 16% e as demais áreas com 33%. No ano passado, esses percentuais foram de 59%, 12% e 29%, respectivamente.

Os números revelam a urgência da aprovação de uma reforma que imponha um freio sobre os gastos da Previdência. Infelizmente, esse debate fundamental sobre o orçamento público foi relegado ao segundo plano, por conta da intervenção na segurança pública do RJ e da proximidade das eleições. Quanto mais postergamos o encontro com a realidade, mais duras serão as condições envolvendo a necessária transição.

A carga tributária e a agenda de produtividade

A questão tributária é um dos maiores gargalos ao desenvolvimento econômico brasileiro. Olhando o último relatório produzido pela RFB sobre a carga tributária brasileira, é possível observar algumas das razões para isso. A Carga Tributária Bruta (CTB) é definida como a razão entre a arrecadação de tributos e o PIB. No cálculo são considerados os impostos, as contribuições e as taxas de todos os entes federativos, inclusive aquelas que não se destinam ao financiamento de despesas do governo, como as contribuições ao Sistema S e o FGTS. Segundo a Receita Federal (RFB), a CTB foi equivalente a 32,4% do PIB em 2016, um avanço de 0,3 p.p. do PIB em relação a 2015. Esse nível é bastante elevado se comparado a outros países emergentes como, por exemplo, o México (17,4% do PIB), o Chile (20,7%), a Turquia (30,0%) e a Argentina (32,1%). Considerando somente a América Latina, o Brasil é o país com a segunda maior carga tributária, perdendo apenas para Cuba (38,6%).

Em nível, a CTB brasileira está mais próxima da observada em países desenvolvidos. A média dos países membros da OCDE é de 34,3% do PIB. No entanto, quando se compara a base de incidência dos tributos, observa-se que, para a base Renda e Lucro, o Brasil tributa menos do que os países da OCDE, ao passo que para a base Bens e Serviços, tributa, em média, mais. Da carga total, cerca de 47,4% se deu sobre bens e serviços, enquanto que a média da OCDE é de 32,8%. Por outro lado, cerca de 20,0% dos recursos tributários

vêm de impostos sobre a Renda e o Lucro, enquanto que a média da OCDE é de 33,5%. O problema mais imediato desse tipo de distorção é a tributação indireta sobre os indivíduos de baixa renda, cuja proporção da renda disponível gasta em consumo é mais elevada.

Além disso, a forma como se tributa onera muito a produtividade das empresas. Enquanto na maioria dos países, esse tipo de tributação é feito via Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), no Brasil, existem cinco impostos que incidem sobre Bens e Serviços (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS). O grande número de regras e a falta de transparência geram um elevado custo às empresas. Em um ranking com 190 países elaborado pelo Banco Mundial, o Brasil é o campeão no número de horas dedicadas pelas empresas ao pagamento de impostos, com cerca de 1.958 horas por ano. A Bolívia, segunda colocada no ranking, gasta, em média, quase a metade (1.025 horas). Ou seja, além de tributar muito, o Brasil tributa mal.

Existem ainda outros pontos relacionados à questão tributária que também precisam ser atacados, como a revisão do pacto federativo e o fim da guerra do ICMS. Embora uma eventual reforma tenha efeitos sobre a distribuição da renda, o remodelamento tributário é sobretudo uma agenda de produtividade. Ainda que a trajetória da despesa pública provavelmente inviabilize a redução da carga tributária, é muito importante que se simplifique o sistema e altere a base de incidência.

Próximos passos da política monetária

Nesta semana, o comitê de política monetária (COPOM) volta a se reunir. No último encontro, o comitê promoveu o 11º corte seguido na taxa Selic, levando-a a 6,75% a.a, o menor patamar da história. Em seu comunicado habitual, o COPOM sinalizou que, caso não houvesse nenhuma surpresa inflacionária, se encerraria ali o ciclo expansionista. Assim, parece interessante observar como evoluíram os principais indicadores desde o último encontro.

Em janeiro, o IPCA registrou variação de 0,29%, abaixo do piso das expectativas de mercado medidas pelo Boletim FOCUS do Banco Central. Essa foi a menor variação para os meses de janeiro desde a implantação do Plano Real. Em fevereiro, a elevação de 0,32% foi a menor para o mês desde 2000. Dessa forma, a alta de 0,61% acumulada nos dois primeiros meses do ano é a menor desde o Plano Real. Com isso, o índice acumulado em 12 meses fechou fevereiro em 2,84%, significativamente abaixo da banda inferior para a meta de inflação (3,0%).

Em termos de atividade econômica, os primeiros indicadores do ano apontaram para a continuidade da retomada, mesmo que em ritmo lento. A produção industrial caiu 2,4% em janeiro, devolvendo parte do crescimento de 3,1% de dezembro. O volume de vendas

no varejo cresceu 0,9% em janeiro na série dessazonalizada, enquanto que o volume de serviços recuou 1,9% na mesma base, após altas em novembro (1,0%) e dezembro (1,5%).

Há muitas razões para acreditar que a inflação continuará baixa até o final do ano. Uma delas é o comportamento da taxa de desemprego, diretamente relacionado à inflação do setor de serviços, que responde por mais de um terço do IPCA. A taxa de desemprego registrada em janeiro foi de 12,2%, um avanço em relação a dezembro (11,8%), mas muito influenciado pela sazonalidade do emprego. Considerando, contudo, a média móvel dos últimos doze meses, a taxa recuou para 12,7%, mas continua muito elevada. Por causa disso, a inflação de serviços vem caindo mês após mês, chegando a 2,9% de variação acumulada nos 12 meses encerrados em fevereiro. Em função da defasagem de pelo menos 6 meses entre os movimentos da taxa de desocupação e seus impactos sobre a inflação, não existem grandes riscos a inflação de 2018.

Assim, apoiado nos últimos resultados do IPCA e na elevada ociosidade no mercado de trabalho, parece haver espaço para mais um corte de 0,25 p.p. nos juros na decisão de quarta-feira.